

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCMS Nº 2024/000110

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATORA: ANDREZZA CAROLINA BRITO FARIAS

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. REGISTRO CANCELADO. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS. DEFESA TEMPESTIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. ESPÓLIO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. 1. EMPRESA AUTUADA POR MANTER-SE CONSTITUÍDA E EXPLORANDO ATIVIDADES CONTÁBEIS, MESMO APÓS O CANCELAMENTO DE SEU REGISTRO CADASTRAL JUNTO AO CRCMS, EM DESCONFORMIDADE COM O ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46 E O ART. 1º DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023. **2.** DEFESA APRESENTADA PELA INVENTARIANTE DO ESPÓLIO DO SÓCIO FALECIDO, ALEGANDO HIPOSSUFICIÊNCIA, SUCESSÃO HEREDITÁRIA E POSTERIOR REGULARIZAÇÃO MEDIANTE NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVIDAMENTE HABILITADO. **3.** RECURSO VOLUNTÁRIO TEMPESTIVO, ARGUINDO LITISPENDÊNCIA E ALEGANDO INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO MATERIAL, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A EMPRESA SE ENCONTRAVA EM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DENTRO DO PRAZO NORMATIVO PREVISTO. **4.** ANÁLISE DO MÉRITO CONCLUI PELA INAPLICABILIDADE DA PENALIDADE, TENDO EM VISTA QUE O ART. 3º, § 2º, DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023 AUTORIZA A COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL POR MEIO DE ESPÓLIO, DESDE QUE HAJA DESIGNAÇÃO EXPRESSA DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO, O QUE RESTOU COMPROVADO NOS AUTOS. **5.** APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, IMPONDO-SE A REFORMA DA DECISÃO REGIONAL PARA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, COM FUNDAMENTO NO ART. 77 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, REFORMANDO A DECISÃO REGIONAL PARA DETERMINAR O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 77 DA RES. CFC Nº 1.603/2020.** DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.